O TEMPO NO TEMPO¹

Eliana Aparecida SERSOCIMA²

RESUMO

A proposta do trabalho é analisar as diversas concepções de tempo que o homem teve ao longo da história. A partir da sociedade atual, tão tiranizada pelo eterno movimento do relógio, verificar como cada sociedade, em tempo e lugar diferentes, constrói a sua percepção de tempo, de acordo com a sua organização sócio-cultural. O estudo baseou-se em levantamento bibliográfico, sem a pretensão de propor uma abordagem inédita.

INTRODUÇÃO

Pode parecer uma redundância abordarmos o tempo como objeto da nossa análise, uma vez que para a história o tempo é um fator inerente a qualquer enfoque. Entretanto, queremos mostrar as várias dimensões que o tempo assume ao perpassar as estruturas sociais e a sua própria concepção ao longo da história.

Vivemos hoje a geração tiranizada pelo tempo medido e cronometrado pelo relógio. 'O tempo parece que encolheu' é uma expressão muito usada no jargão popular. As vinte e quatro horas do dia tornaram-se insuficientes para realizar tantas atividades e compromissos.

É uma situação paradoxal desta sociedade moderna. A todo instante são criados novos recursos para tornar as atividades cotidianas mais rápidas e eficientes. No campo das comunicações e transportes a tecnologia avança de forma a tornar as distâncias um fator insignificante. Se a cibernética possibilita a execução de tarefas complexas e demoradas numa velocidade cada vez maior, para onde vai o tempo economizado com

¹ Trabalho para especialização em História Moderna e Contemporânea. PUC-MG 1991.

² Professora de História Contemporânea F.F.C.C. - Cidade de Goiás - Goiás - Brasil.

tanta tecnologia? O acúmulo de informações que recebemos diariamente, exigindo uma atualização constante, faz com que o tempo pareça exíguo. Esta agitação está tão presente no nosso cotidiano que temos a impressão que sempre foi assim. Daí nos perguntarmos: como era a visão de tempo que o homem tem tido ao longo da história?

Para as sociedades agrárias o tempo estará sempre relacionado com a terra: o tempo de preparar o solo, o tempo de semear e o tempo da colheita. Todas as demais atividades girarão em torno desse ciclo. As datas comemorativas e as atividades sociais serão marcadas segundo as etapas do cultivo. As etapas do cultivo são, naturalmente, vinculadas às estações do ano, que por sua vez determinam o ritmo da vida das pessoas. Talvez em nenhuma outra sociedade o tempo tenha determinado tão intensamente o ritmo da vida como para os egípcios. Conforme observou muito bem a professora Dra. Gilka F. Salles em suas "Reflexões sobre as Sociedades Agrárias", os ciclos das estações, e com elas as enchentes do rio Nilo, estabeleciam todas as atividades econômico-sociais daquele povo. Não foi sem razão que o Egito foi denominado 'o presente do Nilo', pois foi às suas margens que floresceu uma das mais belas civilizações.

Para as sociedades capitalistas o 'tempo é dinheiro', o que significa que deve ser bem aproveitado, para que as pessoas possam produzir mais e ganhar mais. É uma eterna competição, que torna cada fração de segundo num tempo precioso para mais um avanço tecnológico e uma vantagem conquistada.

E para as sociedades anteriores à nossa, quais foram as concepções de tempo e que tipo de cronologia usavam, se é que usavam? É o que tentaremos analisar nas próximas páginas, sem nenhuma pretensão de um enfoque original ou qualquer tipo de crítica pela superficialidade com que será abordado.

1.1 - O TEMPO NO TEMPO

Os primeiros registros de povos da antiguidade que se preocuparam com algum tipo de datação ou uma certa cronologia estão no Pentateuco, o

conjunto dos cinco primeiros livros da Bíblia - das origens à realeza do povo hebreu. A Bíblia é vista com uma certa resistência no meio científico, não só pelo seu caráter teológico como também pela simbologia que assume a sua forma literária.

Qual seria o método aferidor para o tempo bíblico que apregoa a criação do mundo em seis dias? Logicamente não poderia se tratar de dias de vinte e quatro horas. Na própria Bíblia há indicações de temporalidade mística quando diz que "um dia diante do Senhor é como mil anos e mil anos como um dia" (II Pedro 3:8). Ou ainda quando atribui o tempo de vida para os homens em torno de novecentos anos. Seriam anos de 365 dias? Como no caso de Adão, que teria vivido 930 anos; Enos, 905 anos; Jared, 962 anos (Gênesis 5, 1-20).

Para os gregos o tempo sofria variações de acordo com a relação dos períodos sagrados e profanos. Era um tempo mitológico permeando o tempo concreto. Entretanto, eles tinham uma preocupação com a cronologia, mesmo não sendo esta sistematizada. Eles foram também os primeiros a se preocupar com o movimento da história e a teorizá-la. A percepção do tempo na história era cíclico. "Explica-se, deste modo, a convicção, afirmada por Tucídides e Políbio, de preencher a história uma função pragmática: é útil ensinar-se história porque as mesmas situações produzir-se-ão" (GLÉNISSON, 1983, p.33). Já em Heródoto a cronologia apresenta-se confusa e deficiente. Em seus escritos ele se limita a narrar os fatos, estabelecendo uma relação de simultaneidade entre eles, sem uma ordem cronológica. Para ele o tempo é uma função do acontecimento relatado. É como se, quando não houvesse nenhum fatos importante, o tempo parasse.

Entre os romanos havia uma preocupação maior com a cronologia. O tempo concreto é básico, podendo se mensurado matematicamente. Havia também uma preocupação com a historiografia romana, que foi estudada desde o início da fundação de Roma. Este início é o tempo que passa a ser contado, dividido e estudado. Os *annales maximi*, inspirados na *tabula pontificis maximi* é o exemplo da preocupação, por parte dos romanos, em registrar periodicamente, a partir de Múcio Cévolla, ano a ano a vida política do Estado. Outro exemplo da perspectiva cronológica dos romanos

foram as memórias escritas por algumas personalidades como reflexo de uma tomada de consciência do tempo histórico. A datação periódica, de anos ou de séculos, também constitui exemplo de percepção de um tempo contínuo e linear.

Na obra de Santo Agostinho houve uma universalização do tempo que também é linear, irreversível e dotado de uma começo e um fim. Assim como o cristianismo era tido como religião universal, a escala do mundo e do tempo também tende a ser ecumênico. “Na cidade de Deus, Santo Agostinho fala como um cristão inspirado pela Bíblia, mas também como um romano, habituado a viver num tempo contínuo, ameaçado pela catástrofe final” (ARIÉS, apud Glénisson, 1983, p.36).

Durante a Idade Média o tempo, assim como tudo, era definido em função de uma ordem divina. A vida desenrolava-se segundo um calendário litúrgico cristão e paralelamente eram registrados os acontecimentos mais importantes como pestes, guerras, tempestades, etc. Não existia qualquer critério cronológico e a própria noção de tempo ficava restrita a uma minoria esclarecida.

A sociedade medieval era eminentemente agrária e, como já foi dito, essas sociedades tem uma noção de tempo vinculada às atividades agrícolas. Além do mais, a maioria da população não tinha motivo para se preocupar em medir o tempo. A vida era um eterno ciclo que se repetia indefinidamente através do trabalho. Tudo se definia pela tradição e pelo costume. Se a ordem divina era mutável e eterna, ela se reproduzia no mundo dos homens. Ao homem nada restava a não ser aceitar a predestinação de tudo que era determinado *a priori* pela lei divina, colocando-se à mercê da onipotência da Igreja.

A vida cotidiana era marcada pelas permanências. Qualquer novidade era vista com desconfiança e resistência, como algo que ameaçasse a ordem vigente. Isso explica a total indiferença em medir ou precisar o tempo. Se o tempo era escatológico, só as datas e festas religiosas importavam e constituíam o calendário santo. As demais atividades eram marcadas pelo nascer e o pôr do Sol, o que tornava o tempo lerdo e a vida monótona, sem história.

Para marcar o tempo, que significava o ritmo do trabalho cotidiano, a Igreja instituiu o sino, e seus repicos indicavam o momento para cada função. Através do sino era controlada e registrada a rotina dos homens: a hora do labor, a hora da oração, a hora do descanso. Até o anúncio de um fato, como a morte de uma pessoa, era divulgado com ritmos diferentes de suas badaladas. Desta forma o sino era símbolo de poder e de dominação, uma vez que todos estavam sob o seu jugo.

Na baixa Idade Média podemos perceber duas dimensões temporais: a vida rural, regida pelos ciclos agrários e controlada pelo sino da igreja e uma outra ligada à emergência das atividades comerciais, vinculadas à vida citatina. Esta última manifestava um ritmo diferente marcado pelo interstício das viagens e a chegada dos mercadores e das feiras. Esta trouxe consigo uma nova concepção de mundo que iria romper com a ordem infinita da Igreja. Vimos que aos poucos a segunda foi sobrepujando a primeira até a sua quase extinção.

O início da Idade Moderna é marcado por profundas transformações. As grandes navegações e os descobrimentos trouxeram para o homem uma nova dimensão de tempo e espaço. A partir de então tudo passa a ser medido e esquematizado. De todas as invenções, o relógio teve um caráter extremamente revolucionário. Dividir o tempo para mensurá-lo significava também a sua laicização. Este novo tempo é o tempo do homem prático, racional, que aos poucos foi substituindo o teocentrismo pelo antropocentrismo.

No princípio aquele instrumento era visto com bastante desconfiança (como toda novidade) por aqueles que não viam com bons olhos um sentido em se medir o tempo. O relógio foi colocado na torre de algum edifício público, mas ainda destituído de poder. Para alguns ele era um símbolo da modernidade, e os relógios de uso pessoal eram mais um ornamento do que um instrumento utilitário.

O comércio, diversamente da agricultura, favoreceu a organização de uma vida ritmada, marcada pelas horas. No transcorrer do século XV observamos que, cada vez mais,

dois tempos convivem paralelamente: o tempo da igreja, regido pelo sino, pela oração, dom inseparável do homem, e o tempo laico, organizado matematicamente pelo relógio, pelos marcadores, passível de expropriação. (THEODORO, 1987, p.27).

A convivência destes dois tempos significava a ruptura do poder da Igreja sobre os homens. Com a intensificação das atividades mercantis, gradativamente o relógio foi sobrepujando o poder do sino. Uma das questões mais interessantes relacionadas com a questão do tempo é a da usura. Para a Igreja o tempo era uma dádiva de Deus, bem como todas as coisas do universo, portanto ele não podia ser medido e vendido como qualquer outra mercadoria. Para os homens de negócio que faziam empréstimos a juros, isso era uma questão financeira. O juro era um percentual cobrado pelo tempo que o dinheiro foi usado pelo devedor. Isso, aos olhos da Igreja, significava explorar um dom que era sagrado, era uma heresia. Para ela o homem estava vendendo o tempo, que não lhe pertencia e, o que era pior, enriquecendo-se ilicitamente, não pelo esforço do seu trabalho, mas pela usura, que era um grande pecado.

Na medida em que o capitalismo emergia e ia subjugando as demais economias, o relógio também ia se impondo despoticamente para controlar cada segundo da sociedade moderna.

1.2 - A HISTORIOGRAFIA DO TEMPO

A sistematização do tempo histórico em períodos é uma manifestação da concepção do tempo linear, irreversível e contínuo. Dentro desta divisão didática a história começou com a escrita. É uma convenção clássica questionada pela arqueologia, antropologia e outros que não comungam com esse princípio. "É certo ser difícil imaginar uma ciência, seja ela qual for, que possa abstrair do tempo. Contudo, para muitas delas que, por convenção, o fragmentam em partes artificialmente homogêneas, o tempo não é mais do que uma medida." (BLOC, 1976, p.29). O tempo

histórico é a forma que dimensiona os fenômenos reais, dando-lhes um sentido filosófico e social.

Segundo Glénisson o pensamento cristão que dominava os séculos IV e V sistematizou os períodos históricos baseado nas Escrituras, segundo as profecias de Daniel. Sendo assim a história estava dividida em quatro períodos, simbolizados pela sucessão dos quatro grandes impérios da antiguidade: assírios-babilônios, medo-persas, macedônios e diadocos, romanos. Esta cronologia foi aceita por Santo Hipólito, Orígenes, São Jerônimo e a maioria dos cronistas medievais.

Paralelamente desenvolveu-se outro sistema cronológico, baseado em São Mateus e defendido por Santo Agostinho e Isidoro de Sevilha, com uma sequência de seis etapas. A primeira etapa iria de Adão a Noé; a segunda de Noé a Abraão; a terceira de Abraão a Davi; a quarta de Davi ao cativoiro dos judeus na Babilônia; a quinta até a vinda de Jesus e a sexta é a que vivemos até o fim dos tempos.

No século XVI o filósofo e economista francês Jean Bodin considerou a periodização da história em três fases: a primeira seria marcada pela hegemonia dos povos do oriente; a segunda seria caracterizada pelos povos do Mediterrâneo; e a terceira fase seria a dos povos nórdicos. Esta periodização marca um avanço na mudança do referencial, que antes era teológico.

De fato, desde os humanistas do século XVI, até os filósofos do século XVIII, abandonando-se as velhas repartições do tempo nascidas da Bíblia, predominará a tendência à distinção de somente dois períodos: a antiguidade e os tempos modernos. (GLÉNISSON, 1983, p.45)

Para os humanistas, influenciados pelo Renascimento e imbuidos da concepção grega da razão e antropocentrismo, ignorar o período intermediário entre a antiguidade e a modernidade era uma forma de relegá-lo ao rifão 'idade das trevas' ou 'noite dos mil anos'. O tempo lerdó

e repetitivo da sociedade medieval não merecia qualquer referência nesta ordem cronológica.

Não seria também uma retomada da concepção do tempo em Heródoto, que só via o tempo manifestar-se no crepitar dos acontecimentos? A alusão à 'idade das trevas' seria considerá-lo um período em que nada se criou ou algo de interessante ocorreu, portanto nem merece registro. Coube a Cristóvão Keller a introdução do terceiro período da história, referente à Idade Média, no ensino.

No fim do século XVIII, a expressão e a idéia de Idade Média, portanto, estão longe de gozar de direito de cidade por toda a parte: a influência das idéias francesas faz-se sentir demasiadamente forte em toda a Europa culta. Mas já ganharam bastante terreno. Na primeira metade do século XIX o Romantismo decide a sua vitória. (GLÉNISSON, 1983, p.49).

Renascença significava o despertar, o redescobrir as artes, as ciências e as idéias. Era a negação de uma fase de obscurantismo. Portanto, negá-la significou também reconhecer a sua existência, mesmo que com indiferença. E o próprio termo Renascença, tomado emprestado as artes, designava também a retomada dos estudos das civilizações clássicas. O século XVI foi o período em que se deram as grandes descobertas: do mundo e do próprio homem. É o marco da renovação dos estudos da antiguidade pelo uso da razão que ficou inerte por dez séculos. Renascença passa a significar também o fim de um período que permeia a antiguidade e os tempos modernos. "O termo **periodisierung**, criado pelos alemães, dá bem a medida desta concepção, cuja expressão mais radical se encontra nos sistemas de filosofia históricos fundamentados na periodização." (Glénisson, 1983, p.51)

1.3 - O TEMPO DAS TEMPORALIDADES

Estava inaugurada a mais ferrenha das polêmicas para os estudiosos da história. Com a **periodisierung** surge o problema das datas limites que

vão definir o início e o fim de um período. A contenda se aprofunda quanto ao elemento definidor para demarcar o começo de uma idade: se um fato político ou econômico. Outros estendem a querela para as rupturas e as permanências, tentando mostrar as evidências naquilo que sucumbe ou sobrevive ao movimento das sociedades no processo histórico.

Altusser nos mostra dois abismos conjugados com relação ao **tempo histórico**: um tempo **homogêneo e contínuo**, e do senso comum e da pesquisa historiadora; e o tempo de Hegel: **cortes e essências, presente histórico**, continuidade do tempo e unidade do momento: (VILAR, in: História: Novos Problemas, 1988, p.159)

As duas concepções de tempo mencionadas por Altusser são rejeitadas por Pierre Vilar. Para este nenhuma das duas consegue abarcar a complexidade das temporalidades diferenciais.

A história tradicional se enquadraria na primeira tipologia de Altusser, na qual o fato histórico é aquele que se destaca fazendo alaridos. É a história eventual, positivista que se abstrai de qualquer análise fundamental. É também a história das belas sequências oficiais e dos cronistas. Foi denominada por Simiand e Lacombe de história dos acontecimentos. Para esta corrente de historiadores a história era a soma dos acontecimentos e o passado era constituído por fragmentos do tempo.

Vilar prossegue em seu texto dizendo que foi a história tradicional que 'construiu' o tempo e que toda a cronologia didática é uma construção ideológica, mas não homogênea. Sua crítica continua quanto à sistematização da cronologia pela história, uma vez que ela era 'europeicentrista', mal conceituada, ingenuamente cortada nos 'acontecimentos-mutações' caros a Altusser. Esta é a história do tempo de curta duração e que para muitos se confunde com a história política.

Ficou uma dúvida quanto à afirmação de Vilar de que foi a história tradicional que construiu o 'tempo'. De que tempo ele estaria falando? Como poderia a história criar algo que é imanente a tudo? A não ser que

ele esteja falando do tempo histórico, este sim seria uma construção da própria história, de acordo com a concepção de cada organização social.

Para contrapor a história tradicional surge a história econômica e social. Esta nova corrente historiográfica trouxe profundas mudanças metodológicas, ao focar novas fontes de pesquisas, desenvolvendo a história quantitativa e, principalmente, concebendo uma nova dimensão de tempo - é a história conjuntural. Se a história tradicional privilegiava os fatos políticos e suas mudanças, a história econômica se volta para analisar os ciclos e interciclos que interferem nas transformações sócio-econômicas.

Acontece, efetivamente, que a história conjuntural, por um modo de exposição, um comentário precoce, uma vulgarização escolar, parece fazer da história um produto do tempo (o que nada significa) e não do tempo (ou seja, de sua distribuição não homogênea, de sua diferenciação) um produto da história (ou seja, do jogo móvel das relações sociais do interior das estruturas. (VILAR, in: História: Novos Problemas, 1988, p.163).

Existem também aqueles que olham com desconfiança para estas duas tipologias, alegando a preocupação em se fazer uma análise apressada das mudanças das estruturas e chegar a uma falsa conclusão. Para este grupo de pesquisadores, da linha de Braudel, é preciso bastante acuidade numa análise histórica para se perceber nos movimentos ruidosos e de breves impulsos aqueles movimentos longos que perpassam as mudanças nas estruturas sociais. O tempo da longa duração funciona como um pano de fundo que ajuda a compor o 'cenário histórico' e completa o sentido da cena. Somente a combinação das múltiplas temporalidades consegue abarcar todos os níveis constituintes da sociedade humana dando-lhe um sentido coerente.

Para esta corrente o enfoque se dirige para os elementos que resistem às transformações perpassando os cortes cronológicos.

Para nós historiadores, uma estrutura é, indubitavelmente, um agrupamento, uma arquitetura; mais ainda, uma realidade que o tempo demora imenso a desgastar e a transportar. Certas estruturas são dotadas de uma vida tão longa que se convertem em elementos estáveis de uma infinidade de gerações: obstruem a história, entorpecem-na e, portanto, determinam o seu decorrer. Outras, pelo contrário, desintegram-se mais rapidamente. (BRAUDEL, p.21)

Quando nos referimos à polêmica que surgiu da periodização e as datas limites de uma idade para outra, a questão talvez esteja nestas temporalidades históricas. Estas só foram percebidas muito recentemente e, portanto, ainda estão em fase de discussão. É inegável que esta inovação tem contribuído enormemente para enriquecer as pesquisas históricas, trazendo a tona elementos até então ignorados. O resultado mais positivo foi a integração das disciplinas das ciências sociais, principalmente a Antropologia e a História, tornando possível apreender o homem na sua complexidade ontológica.

Não podemos achar que a questão da periodização seja um falso problema. Podemos, sim, aproveitá-la para dimensionar a validade de cada uma das proposições e usá-las nas nossas investigações.

A totalidade da história pode, em todo caso, ser resposta como a partir de uma infraestrutura em relação a estas camadas de história lenta. Todos os níveis, todos os milhares de níveis, todos os milhares de fragmentações do tempo da história, se compreendem a partir desta profundidade, desta semi-imobilidade; tudo gravita em torno dela. (BRAUDEL, p.27)

Se entre os historiadores existem estas discrepâncias quanto a visão de tempo histórico, imagine o abismo que existe entre os mesmos historiadores e os outros cientistas sociais?

Estamos vivendo hoje uma fase em que se tem privilegiado a história das mentalidades. É uma nova visão de história que busca recuperar na vida cotidiana, nos mínimos movimentos do homem na sociedade, o seu historicismo latente. Para muitos não passa de um modismo acadêmico sem grande importância para a atual sociedade pragmática.

Lucien Febvre nega a **periodização** pelo seu ódio ao espírito de sistema, pelo cuidado de libertar a história dos compartimentos escolares. Mas é ele, também, um dos promotores da história das **mentalidades**, à qual nos parece legítimo solicitarmos o critério da **periodização**, mesmo quando consideramos esta última como principalmente útil de um ponto de vista didático e, talvez, como perigosa, desde que erigida em sistema filosófico. (GLÉNISSON, 1983, p.62)

A história das mentalidades se propõe a analisar as tramas que compõem as articulações das várias estruturas de uma sociedade. Cada manifestação, por mais ínfima que seja, carrega em si uma gama de valores que simbolizam uma época. Cabe ao historiador interpretar e dimensionar os vários movimentos que estão presentes no fato histórico. “O que interessa apaixonadamente ao historiador é a maneira como se entrelaçam estes movimentos, a sua integração e seus pontos de ruptura.” (BRAUDEL, p.27)

A Nova História ou história problema tenta derrubar os estereótipos que acabaram aderindo aos conceitos históricos, cristalizando-os. É uma nova visão da história na tentativa de ‘ressucitá-la’, mostrando que ela é uma ciência em construção e que, a cada momento, à luz presente ilumina o passado descobrindo novas imagens.

Abstract:

SERSOCIMA, Eliana Aparecida. The time in the time, *Temporis(Ação)*; Goiás, V.1 N.1 - junho/1997

The proposal of the work is to analyze the several conceptions of time that the man had along the history. Starting from the current society, so tyrannized by the eternal movement of the clock, to verify as each society, in time and different place, it builds its perception of time, in agreement with its partner-cultural organization. The study based on bibliographical rising, without the pretense of proposing an unpublished approach.

BIBLIOGRAFIA

Bloc, Marc. **Introdução à História**. 3ª ed., Publicações Europa-América, 1976. 179 p. (Coleção Saber).

Braudel, Fernand. **História e Ciências Sociais**. Lisboa, Editora Provença.

Glénisson, Jean. **Iniciação aos Estudos Históricos**. 4ª ed., Difel, São Paulo: 1983. 370 p.

Theodoro, Janice. **Descobrimientos e Colonização**. Ática, São Paulo: 1987. 77 p. (Série Princípios).

Vilar, Pierre. **História Marxista, História em Construção**. In: **História: Novos Problemas**. 3ª ed., Francisco Alves, Rio de Janeiro: 1988. 193 p.